



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

ATA DA 571ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG) REALIZADA NO DIA NOVE DE MAIO DE 2022 NA PLATAFORMA VIRTUAL DO ZOOM. Pauta: 9h às 9h20 – Informes de conselheiras(os); e Mesa Diretora do CES-MG; 9h20 às 12h – Retorno das cirurgias eletivas; 10h30 às 10h45 – Intervalo; 12h às 14h – Almoço; 14h às 17h30 – Construção dos Hospitais Regionais; 15h30 às 15h45 – Intervalo; 17h30 às 18h – Encaminhamentos. O Presidente do CES MG Ederson Alves da Silva inicia a reunião parabenizando todas as mães ressaltando as “mães solo”. A Mesa Diretora se apresentou. Ederson informa o adiamento da Conferência Estadual de Saúde Mental, que a assessoria jurídica da SES MG informou que hospedagem e alimentação não poderiam ser contratadas em virtude do ano eleitoral; foi feita uma comunicação do CES MG com o Ministério Público representado pela Exma. Dr^a Josely Ramos Pontes se direcionarão para a SES MG e também ao CNS que emitiu um parecer favorável a realização da V CESH; que não há impedimento para a realização da mesma por ter o SUS as atribuições do controle social. Leida informa que na conferência realizada em Belo Horizonte, dias 29 e 30 de abril na FAMINAS, houve uma manifestação de repúdio contra a secretária municipal de saúde nomeada pelo Prefeito, representante do CRM na gestão municipal. Lourdes manifestou sua indignação pelo atraso da conferência e que foi solicitado uma justificativa por escrito; disse que 18 de maio é o dia nacional da luta antimanicomial, e é muito importante que os movimentos estejam juntos e deixa o convite para uma manifestação presencial para mostrar a força do movimento social no dia 18 de maio. Rubens expressou seu repúdio pelo posicionamento da SES MG na realização da conferência e chamou a atenção de todas e todos para o apoio a comissão de comunicação e informação de saúde do CES MG pois sem a contribuição efetiva o Controle Social não terá sucesso. Leida deixou seu repúdio pela situação do atraso da conferência. Ariete informa que o sindicato dos médicos divulgou informação de que das 7 UPAS de BH 4 estão sem pediatria e as três UPAS em atendimento estão com “escalas incompletas”, e em época de doenças respiratórias a demanda aumenta. Fernanda informa sobre a reunião do comitê técnico de saúde integral LGBT onde foi discutido Plano Operativo da Política Estadual de Saúde Integral feito através de norma técnica do ano de 2021, que mesmo em fase inicial para implementação já existe uma denúncia da Dr^a Tatiane Miranda do hospital infantil João Paulo II junto ao CES MG e outros órgãos sobre a violação dos direitos de adolescentes trans nas cogestões do socioeducativo em MG e que em resposta foi oficiado ao Ministério Público, SES MG e SEJUSP, e encaminhou a Superintendência de Atenção Primária de Saúde, falou também da solicitação dos movimentos LGBT ao Conselho Federal de Psicologia sobre a orientação aos profissionais; Ederson informa que foi solicitado a Secretaria Estadual de Saúde a plataforma do Meet. Google para

realização das reuniões do Conselho porém foi negado, e que foi apresentada a Microsoft Teams onde há dificuldades para acesso das conselheiras e dos conselheiros; que existe orçamento para o CES podendo atender as necessidades dos mesmos. Disse que o Conselho Nacional de saúde disponibilizou a plataforma do Zoom por um período de um ano, mas que é necessária uma plataforma que atenda ao Conselho Estadual de Saúde depois deste período. Fernanda Coelho acrescentou a questão dos testes de acesso onde foram encontradas dificuldades, que poderia ser usada a plataforma comprada pela SES, que é preciso ultrapassar as dificuldades que a gestão impõe e que quanto mais se luta pelo controle social e contra as terceirização, mais se encontra empecilhos por parte da gestão, que por direito é garantida a participação de todas as conselheiras e todos os conselheiros. Roberto Santana do Conselho Regional de Farmácia agradeceu a atuação da Mesa Diretora do CES MG contra a terceirização do serviço Farmacêutico da FHEMIG, que não houve discussão com a categoria, que este plano não está na programação anual saúde. Leida Maria de Oliveira Uematu comentou que em Belo Horizonte houve uma reunião com o Secretário Estadual de Saúde onde foi falado sobre o aumento de leitos de Hospitais Gerais, mas que aumentaria mais leitos também no hospital Raul Soares, o que é desnecessário; que sobre as conferências de saúde municipais, as entidades e movimentos sociais que tiver interesse poderão participar do grupo de construção e que a partir de 09 de Novembro acontecerá o 1º Encontro dos Centros de Convivência de Saúde Mental. Pedro Cunha falou sobre os problemas da região noroeste MG que recebe menos recursos da SES e do MS, disse que o controle social é feito não somente pelo CES, mas também por várias outras entidades e instituições, que são realizadas reuniões para focar a situação de Patos de Minas, que havia em torno de 250 leitos e que na perda de dois Hospitais de várias especialidades médicas a situação é “dramática” e que existe uma campanha para organizar a Santa Casa para que se possa atender 100% “SUS”, que cerca de 500 milhões do recurso da Vale esta sendo direcionado para as Instituições Federais, que não será possível terminar os 11 Hospitais Regionais começados e que a cidade de Patos precisa de mais 300 leitos. Terezinha de Oliveira falou sobre os doentes moradores de rua, que os abrigos estão sem condições e pediu o apoio da Mesa Diretora para esta situação. Lígia Camargos leu o texto que fala sobre o acordo que foi celebrado entre a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Saúde visando oferecer atendimento emergencial, integral e multidisciplinar no âmbito do Estado de Minas Gerais para vítimas de abuso sexual, que foi criada a Comissão Técnica Intersetorial para integrar e implementar as ações às vítimas. Ederson solicita a Lígia que seja encaminhado ao CES MG as informações pertinentes para que haja apoio do Controle Social. Parabenizou o fechamento dos manicômios, que é muito importante o acolhimento dos familiares. Renato Barros informa que um documento de 32 páginas elaborado pelos trabalhadores do Hospital João Paulo II foi encaminhado à Mesa Diretora do CES MG e também um convite para participação da plenária que ocorreu no último dia 4 sobre o complexo de

urgência que foi constituído entre o hospital João Paulo II, João XXIII e Amélia Lins, e que nessa discussão representou o CES MG, que através do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, teve conhecimento sobre a terceirização das Farmácias e Laboratórios do complexo de urgência, que o plano de terceirização não está sendo discutido com os trabalhadores além da notícia de fechamento do pronto atendimento, disse que o controle social não deve permitir que o Governo implante OSS e terceirizações. Ederson informa que já foi encaminhado para a FHEMIG um posicionamento a respeito da terceirização e que dia 11, próxima quinta-feira foi solicitada uma reunião da Mesa Diretora, Secretaria Estadual de Saúde e a presidência da rede FHEMIG. Lourdes Machado reforçou a não necessidade e a contramão de abrir leitos no hospital Raul Soares, que de fato para abrir leitos é necessário ser discutido no CES MG, que a real necessidade é a busca de incentivos para o pagamento dos restos a pagar para os centros de atenção psicossocial do Estado e não abrir mais leitos de hospital psiquiátrico e também reforçou o convite para abertura do encontro de Centros de Convivência. Sobre a ata de Agosto, foi aprovada com abstenção de Solimar Assis e Terezinha Rocha. Guilherme Amaral da SES MG apresentou o Cenário Epidemiológico do Covid 19, sobre média móvel de casos e óbitos confirmados, internação por SRAG registradas, óbitos por faixa etária por semana epidemiológica e indicadores por macrorregião. Marcela Lancine da SES MG apresentou a atualização da campanha de vacinação contra o Covid. Ederson esclarece que já foi informado ao Conselho que só há uma intérprete disponível para a comunicação de libras para o Estado e que o Conselho está tentando viabilizar outras formas, que está a cargo da gestão resposta das indagações das(os)

conselheiras(os). Marcela esclarece que em relação a pessoas faltosas para vacinação da 2ª dose existe uma preocupação, que pelo sistema de informação pode haver um atraso de registro mas que pela avaliação mais recente existem em torno de dois milhões de pessoas com a 2ª dose em atraso, que existe uma mobilização para a dose de reforço para sensibilizar a população para o enfrentamento; foi feita uma solicitação de dose adicional ao Ministério da Saúde, para atender à necessidade seria mais 700,000 mil doses. Roberto solicita a Marcela encaminhar informações da situação de vacinação das micros e macro regiões. Sobre as cirurgias eletivas, Bruna Damazio, assessora de gabinete da SES MG, apresentou o Módulo de Cirurgias Eletivas Estadual, deliberado em CIB na reunião extraordinária. Ederson acrescentou que ficou acordado que o CESMG participará das oficinas nas regiões, também participará, caso ocorra, do Seminário Estadual sobre cirurgias eletivas. Ederson explica que o projeto foi apresentado no dia 04, que foi acordado em Reunião da Mesa Diretora que na apresentação de hoje seriam feitas todas as contribuições para posteriormente deliberar em plenária. Roberto informa que a partir do momento que é aprovada uma deliberação SUS sai uma resolução e o CES MG fica em “segundo plano”, que é necessário conhecer o projeto como um todo para opinar. Lourdes acrescenta que antes do projeto ir para o CIB deve

ser ajustado pelo CES MG. Rubens Silvério diz que deve ser mudada a forma dos encaminhamentos da SES MG, questionou se o projeto apresentado, em um ano, realizará cirurgias com dois anos de atraso e sugeriu ser enviado o projeto aos municípios para acompanhamento, que o interessante é padronizar os procedimentos da liberação e fiscalização dos recursos. Eduardo informa que no município de Uberlândia existe uma grande fila para cirurgias, que o Estado “deve muito”, que na pactuação entre o Estado, Município e Governo Federal “o Estado não cumpre”, que os Hospitais só tem interesse nas cirurgias rentáveis. Terezinha frisa que se preocupa com o pouco tempo para as discussões e sobre as avaliações de gravidade das cirurgias eletivas. Nilce informa que a área rural, por exemplo, necessita de equipamentos de saúde e logística e a síndrome pós Covid traz uma série de demandas que “exige uma força tarefa”. Roberto solicita orientação com relação a dinâmica que precisa entender o processo no qual município maior receberá o valor menor. Bruna explica que houve várias discussões com o COSEMS e áreas técnicas para chegar a essa dinâmica para alcançar o objetivo no crescimento de realização das cirurgias eletivas, informa que a tabela está com preço justo e que a bonificação é um percentual do que é produzido; que a RAG tinha R\$97.000.000,00 previsto no PPAG para o ano de 2021 mas devido ao atraso nesta política serão executados R\$49.000.000,00 para o ano de 2022 serão executados R\$154.000.000,00. Ficou acordado uma reunião para dia 11 de 10:30 ao 12:00 para discussão deste tema. Roberto reforçou a importância da participação dos conselheiros estaduais de regiões participar do Valora Minas. Ederson disse que não há espaço para referendar, que o CES MG fará uma construção coletiva que não será colocada uma situação de referendar com os conselheiros sem passar pelo CES MG. Roberto diz que é fundamental que os Conselhos Municipais de Saúde participem da avaliação dos procedimentos eletivos que serão realizados. Thais Maia apresentou a Programação Anual de Saúde de Minas Gerais (PAS 2022) e 2º-Relatório Quadrimestral 2021 (2º-RDQA 2021) – Planejamento; Estrutura; DIGISUS; Documento Físico; Alocação Orçamentária; Programas e Ações. Ederson explica que de início trata-se de uma apresentação que será encaminhada às Câmaras Técnicas e Comissões para as devidas avaliações e que será feita reunião posterior para contribuições, aprovações e/ou reprovações. Geraldo informa que de acordo com a lei 141, artigo 36 em seu parágrafo 2º, onde fala que o PAS deverá ser encaminhado ao respectivo conselho de saúde para ser aprovado antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentária do exercício correspondente, que na fala da Thais que depois de encaminhado o PAS para a Assembleia os deputados podem fazer alterações, que o CES fica impossibilitado de saber sobre as intervenções, que a aprovação do conselho fica prejudicada e que, como “pode ser feito o controle sobre o percentual do orçamento para emendas”? Geraldo também questiona sobre o números de Cirurgias previstas para serem realizadas pela rede FHEMIG, se não há um conflito entre os números em relação as urgências e eletivas. Ederson solicita que a apresentação seja encaminhada ao CESMG.

Roberto cita que a lei 141, artigo 30, diz que é obrigatório encaminhar a lei orçamentária ao Conselho antes de ser encaminhado para a Assembleia e que ocorreu um descumprimento da lei, que “o Conselho deve tomar as medidas cabíveis”, que a resolução 098 prevê que ONGs, Organização e outros não podem gerenciar instituições públicas (hospitais regionais) de saúde, que no PAS apresentado existe um item na página 40 que fala sobre o gerenciamento, que não está claro e que sobre o Valora Minas, deve ser melhor discutido e avaliado. Terezinha questiona a questão de recursos para pessoas com deficiência e sobre a dinâmica de processos judiciais pendentes por falta de atendimento. Thais responde que foi cumprida a lei complementar 141, que o artigo 36 estabelece que o gestor do SUS em cada ente da federação elaborará o relatório detalhado, que o PAS foi encaminhado via SEI dentro do prazo. Geraldo e Roberto frisam a questão do CESMG deliberar as diretrizes antes da publicitação pela Assembleia. Ederson cita a importância das conferências que é trazer as propostas da população, das(os) conselheiras(os) para ser implementado. Thais informa que as metas e indicadores do Plano Estadual de Saúde são incorporados conforme pactuação com o conselho. Ederson esclarece que através da apreciação das propostas serão feitas as avaliações. Thais responde que a SES MG não tem governabilidade de como os deputados farão alocação do recurso que é destinado a emendas impositivas. Ederson solicita que seja convidado um deputado da comissão para “compreensão dos anseios do CES. Thais apresentou o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2021 (RDQA) que contém informações sobre montante e fonte de recursos aplicados no período; auditorias realizadas ou em fase de execução; recomendações; determinações; oferta e produção dos serviços públicos. Gláucia informa sobre as oficinas de formação de conselheiras e conselheiros para o atuação no Controle Social. Sueli Barrios agradece pela parceria da Gláucia e do CES MG na execução do projeto de formação das conselheiras e conselheiros que foi realizado em todo país de forma virtual, falou das dificuldades em termos financeiros e também no que tange a pandemia. Jorge informa sobre o processo de formação de lideranças sociais, conselheiras(os) que teve início desde 2017, que o CEAP atua há 35 anos, que foi significativa a parceria com o CES MG, que a 1ª e 2ª edição das oficinas aconteceram presencialmente mas que devido a pandemia o projeto teve que ser reformulado, que houve dificuldades em outros estados, mas que em MG houve muito envolvimento. Gláucia acrescenta que 533 pessoas se inscreveram e que foram aproveitadas o máximo de pessoas para a formação virtual, que a Educação Permanente se trata de uma estratégia para a defesa do SUS, da democracia no país, que a participação social é uma diretriz constitucional de acordo com as leis 8080 e 8142 de 1990, explicou o processo de realização e da formação de 147 participantes nos municípios de Divinópolis, Cláudio, Poços de Caldas, Matozinhos, Betim entre outros, que existem propostas de divulgação através de rádios comunitárias, informa que dia 16 de outubro haverá uma reunião para debater os interesses da comissão, solicitou pautar sobre “o que

SES MG tem feito em termos de Educação Permanente, pois deve ser envolvidos gestores, trabalhadores e usuários na defesa do SUS, que a saúde é um direito humano!”. Gláucia frisa as novas demandas que irão surgir na situação de pós-covid, que será necessário o posicionamento da SES MG, frisa também sobre o orçamento para a Educação Permanente visando o aprimoramento dos trabalhadores(as). Ederson informou que mesmo diante das dificuldades, foi possível a formação dos conselheiros e conselheiras, falou também de o CNS ter disponibilizado a plataforma ZOOM para o CES MG. George apresentou o cronograma das oficinas online que foram realizadas durante a pandemia. Renato reforça a importância da formação de conselheiros e conselheiras para desempenhar seus papéis. Leida falou do curso e das atitudes do CRM na tentativa de fechar os serviços de saúde mental. Sueli informa que será cedido aos conselhos cartilhas em braile e que existe uma articulação para que o presidente Pigatto permaneça no CNS pelo serviço prestado por ele. Gláucia chama a atenção para a importância da luta pelo SUS e citou casos que o atendimento particular para o tratamento do Covid teve cobranças exorbitantes. Thais retoma a apresentação da Programação Anual de Saúde de Minas Gerais (PAS 2022) e 2º- Relatório Quadrimestral 2021 (2º-RDQA 2021) – Planejamento; Estrutura; DIGISUS; Documento Físico; Alocação Orçamentária; Programas e Ações e informa que já está incluso na programação de compra equipamentos para auxiliar os trabalhos dos conselheiros e conselheiras. Fernanda falou sobre a questão do apoio a rede complementar de suporte social ao dependente químico (Programa SEDESE), qual foi o destino dos quase R\$3.000.000,00. Gláucia solicita informações sobre a FUNED, que o valor pago é muito irrisório em relação ao que deveria ser aplicado, principalmente em questões estratégicas como medicamentos e vacinas, que o valor é menor do que o que deveria ser investido. Thais explica que o estado investe no transporte de pacientes para tratamentos que envolve articulações de levar o paciente para sua referência de atendimento micro ou macro, que o transporte municipal não entra dentro do gasto específico de saúde; que a execução da SEDESE, Corpo de Bombeiros ou qualquer outro órgão de atendimento não existe um detalhamento, que o recurso é direcionado a rede de saúde mental como um todo, que foi empenhado um recurso específico para rede R\$12.000.000,00 e pago R\$6.000.000,00. Lourdes questiona se a coordenação de saúde mental tem conhecimento dos dados informados, que existe uma resolução do CES MG que fala de não passar verba para nenhum órgão que não esteja dentro de uma característica específica, de acordo com as diretrizes do SUS, e que se for direcionado alguma verba para a comunidade terapêutica está indo contra a resolução aprovada em CIB. Thais informa que precisa verificar com a área técnica sobre esses dados. Ederson informa que será enviado um ofício de questionamentos sobre a destinação de verba a comunidade terapêutica. Thais informa que não é informado no relatório se é direcionado verba para as comunidades terapêuticas. André se prontifica a esclarecer os questionamentos sobre política tratamento de drogas pela

SEDESE. PARTICIPANTES: Adão Cândido Ferreira, entidade FADEMG, segmento usuário; Aletéia De Alcântara Gonçalves Silva, entidade FADEMG, segmento usuário; Antônio de Pádua Aguiar, entidade CUTMG, segmento usuário; Ariete do Pépetuo Socorro Domingues de Araújo, segmento Trabalhador, entidade SINMED; Carolina Reis Alves, segmento Trabalhador, entidade SEE; Consuelo Aparecida Gonzaga entidade FADEMG, segmento usuário; Cordovil Neves de Souza, entidade MORHAN, segmento usuário, Denílson Gonçalves, entidade MORHAN, segmento usuário, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, CUT-MG; Erli Rodrigues, entidade MORHAN, segmento usuário; Fernanda Coelho Carvalho, entidade COLETIVO – BIL, segmento usuário, Geraldo Heleno Lopes, entidade FAP, segmento usuário; Glayson da Silva Barbosa entidade CRO, segmento trabalhador; Gláucia de Fátima Batista, entidade CRESS, segmento trabalhador; Ione Martins Fortunato, entidade SINTSPREV, segmento trabalhador, Íris de Souza Almeida, entidade UEMP, segmento usuário; Julimar de Souza, entidade CNBB Leste II, segmento usuário, Leida Uematu, entidade Fórum Mineiro Saúde Mental, segmento usuário, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador, entidade CRP; Maria Alves de Souza, entidade FETAEMG segmento usuário; Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, entidade AHFMG, segmento prestador; Mariana Lima Procópio, entidade FHEMIG, segmento Gestor, Maryane Rodrigues Ferreira, entidade ABRALE, segmento usuária; Nilce Heloisa Campos de Araújo, entidade FETAEMG segmento usuário; Pedro Israel da Cunha, entidade CNBB LESTE II, segmento usuário; Renato Almeida de Barros, entidade SIND-SAUDE, segmento usuário; Roberta Iara Borges, entidade MS, segmento gestor; Roberto Santana Lisboa Batista, entidade CRF, segmento trabalhador; Romulo Luiz Campos, entidade FETAEMG, segmento usuário; Rosália Aparecida Martins Diniz, entidade SEE, segmento gestor, Rubens Silvério da Silva, entidade FAMEMG, segmento usuário; Sandra Maria dos Santos, entidade SINTSPREV, segmento trabalhador, Simone Grazielle Silva Cunha, entidade ABEN, segmento trabalhador; Tatiane Aparecida Fonseca, entidade CUTMG, segmento usuário; Terezinha de Oliveira Rocha, entidade FADEMG, segmento usuária, Thomas Cristofaro Warrener, entidade SEDE, segmento gestor. Convidados: Ligia Camargos, Ethiara Vieira, Bruna Mota, Felipe Martins, Gean schimitt, Helena, Lucas, Iudimila, Felipe Martins, Andreia Almeida, Caroline Sangali, Cristiano, Daniel Lessa, Lucas Dias Pereira Nunes, Débora, Josely Ramos Pontes, Marcelo Fernandes, Marcus Lamas, Pastor Alcides, Ricardo Almeida Viana, Ana, André Luiz Moreira dos Anjos, Dr. Cristiano, Vandrê França.